

O impacto do Turismo na arrecadação municipal

A diferença da arrecadação municipal dos Municípios turísticos

Áreas: Turismo, Estudos Técnicos/CNM.

Hilton Leal Silva¹

Marta Feitosa²

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem por meio deste estudo apresentar um comparativo das arrecadações dos Municípios turísticos constantes do Mapa do Turismo Brasileiro³ com os que não estão contemplados neste mapa.

Sabendo que o turismo é uma área que representa percentuais significativos nas receitas municipais, e conhecendo sua importância como atividade econômica transversal e inclusiva, percebemos os benefícios que podem ser gerados a partir do seu desenvolvimento nas localidades.

A atividade turística se diferencia de outras atividades econômicas por possuir, como uma de suas principais características, a possibilidade de estimular segmentos e toda uma cadeia produtiva local, com destaque para os segmentos de prestação de serviços como da hotelaria, alimentos e bebidas, agências de viagens, além do oferecido em outras áreas, como o setor de transportes.

Quando bem planejado, o turismo contribui para o aumento de negócios e também para a melhoria da qualidade de vida da população, um importante diferencial a ser destacado. Existe uma máxima que os gestores de turismo sempre têm em mente quando planejam a atividade: "a cidade boa para o turista é a cidade boa para o cidadão que nela vive". Além de estimular a atividade econômica nos Municípios, o turismo estimula o desenvolvimento da infraestrutura local que atende à população,

¹ Técnico da área de Estudos Técnicos da CNM; bacharel em Economia e especialista em Gestão Pública. E-mail: hilton.silva@cnm.org.br.

² Responsável técnica da área de Turismo da CNM; turismóloga com pós em Gestão da Hospitalidade. E-mail: marta.feitosa@cnm.org.br.

³ Brasil, Ministério do Turismo, Portaria 271, de 23 de agosto de 2019.

como estradas, aeroportos, saneamento básico, saúde e segurança, em razão do efeito multiplicador na economia gerado pela implantação da atividade turística nos Municípios.

O entendimento da atividade turística como vetor de desenvolvimento municipal é também a garantia da valorização da cultura e do meio ambiente, dos elementos materiais e imateriais presentes nos Municípios brasileiros, na implementação de estratégias e instrumentos de promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável. Além disso, é uma atividade econômica capaz de dar visibilidade aos atrativos locais, potencializar recursos, gerar emprego e renda, integrando diferentes setores da economia local e aumentando a arrecadação municipal.

Os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o setor de turismo são evidentes. Para um segmento cuja a existência necessite de mobilidade, vivências e experiências, a pandemia vem afetando diretamente a atividade quando a imobilidade e a falta de interação humana impostas por medidas de isolamento social atingem drasticamente o setor do turismo.

De acordo com o Relatório de Impacto da pandemia de Covid-19 nos setores de turismo e cultura, o interesse/desejo sobre informação e planejamento de viagens caiu drasticamente em 2020, já que em março se iniciou uma queda nas buscas de 43,3% destes termos, se comparados aos anos anteriores. Essa diminuição expressiva segue até julho de 2020 (-62,1%).

A fim de avaliar o quanto essas quedas significam para a gestão municipal, é necessário entender a importância do setor do turismo para a receita municipal. Dessa forma, para responder à pergunta referente a quanto um Município turístico arrecada de impostos a mais do que um Município não turístico, este texto foi desenvolvido.

Analisar o impacto de uma atividade produtiva como o turismo na economia dos Municípios não é tarefa fácil. Os estudos mais comuns são aqueles que vertem para a caracterização do mercado de trabalho na cadeia produtiva do turismo ou mesmo aqueles que mensuram o impacto da arrecadação de tributos nas chamadas atividades características do turismo.

Metodologia

Para o propósito deste estudo foi decidido explorar os impactos da atividade turística nas finanças municipais a partir da análise das receitas tributárias provenientes do IPTU, do ISSQN e da receita de transferência Estadual do ICMS. Todas as informações foram extraídas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi), através do relatório de receita corrente líquida de 2020.

Escolhemos esses impostos e transferência, pois verificou-se uma diferenciação nas áreas com forte estruturação da atividade turística. A receita do ISS e do ICMS tendem a ter um efeito indireto e direto da atividade nas arrecadações, como as taxações do setor de serviços que derivam da atividade do turismo; e a cobrança do IPTU tende a ser diferenciada quando a cidade é turística e, com isso, a receita sofre impacto.

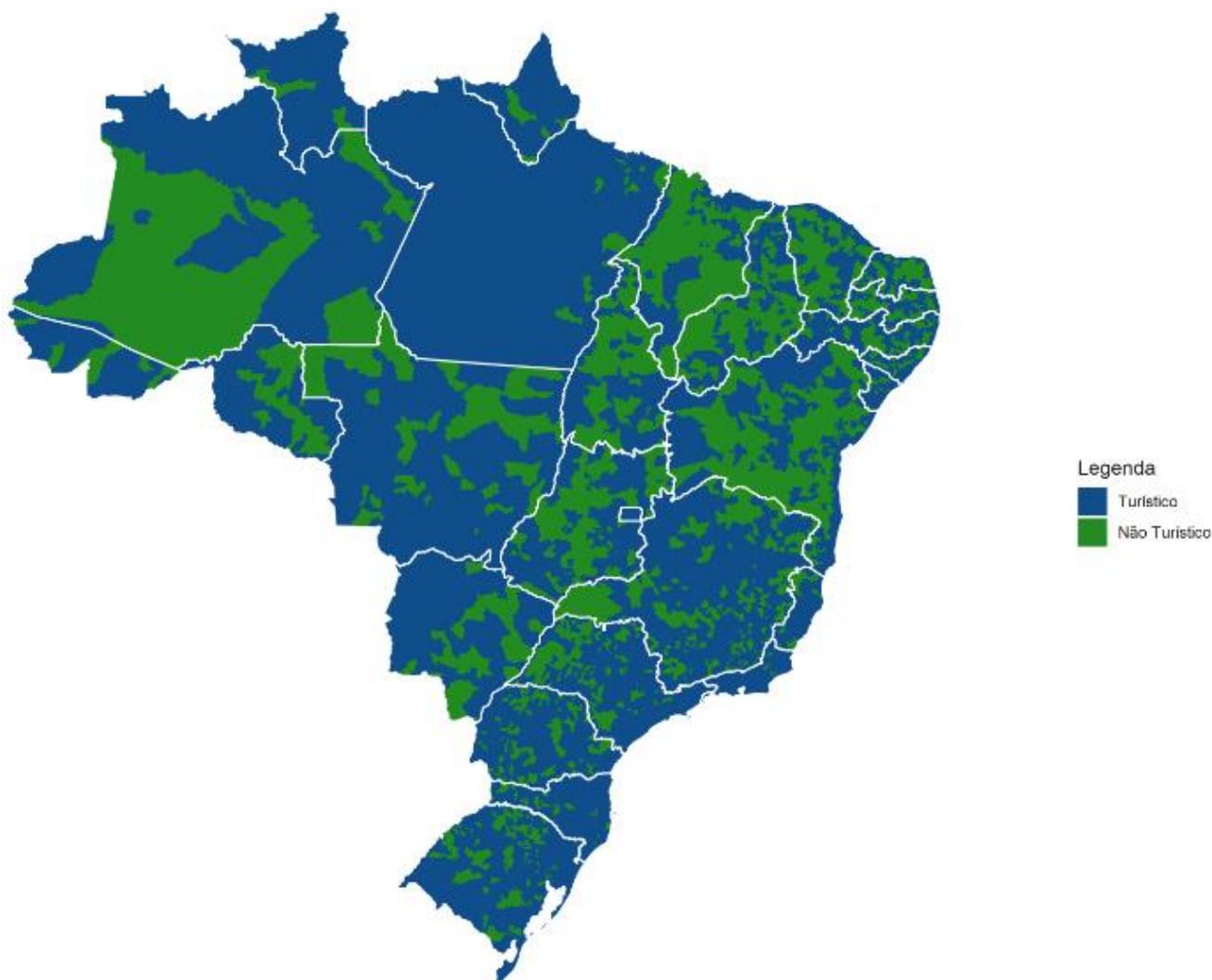
O diferencial deste estudo é o fato de usar a base de dados dos Municípios que estão no Mapa do Turismo do Ministério do Turismo. O Mapa é uma das estratégias previstas no Programa de Regionalização do Turismo, cujo intuito é orientar as ações, o desenvolvimento de políticas, o recorte territorial que devem ser trabalhados no âmbito do Ministério do Turismo. É um instrumento de ordenamento e auxilia tanto o governo federal, quanto os Estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo.

O Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021 foi instituído pelo Ministério do Turismo (MTur), nele estão indicados 2.694 Municípios – que compõem 333 regiões turísticas – a serem priorizados pela Política Nacional de Turismo, prevista na Lei 11.771/2008. Essas localidades devem receber atenção especial de planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor.

Instrumento criado no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, que orienta a atuação do MTur no desenvolvimento das políticas públicas, o Mapa é atualizado a cada dois anos.

No gráfico a seguir, é possível verificar que a divisão dos Municípios turísticos no Brasil é bem distribuída ao longo do território nacional. Mas também fica nítido que existem vários Estados com diversos Municípios ainda não categorizados como turísticos.

Gráfico 1: Distribuição dos Municípios turísticos



Fonte: Elaboração própria com dados do Mapa do Turismo.

Na tabela a seguir, é possível visualizar a divisão desses Municípios por porte populacional. Nela observa-se que 48% dos Municípios brasileiros são categorizados como turísticos; além disso, vale ressaltar que nos Municípios com mais de 50 mil

habitantes é onde se encontram os maiores percentuais de Municípios turísticos, e que 93% dos Municípios com mais de 300 mil habitantes são turísticos.

Tabela 1: Distribuição dos Municípios na amostra segundo o critério de Município turístico

Faixa porte populacional	Total de Municípios	Total de Municípios Turísticos	% do Total de Municípios
Até 5.000	1.249	430	34,4%
De 5.000 a 10.000	1.200	467	38,9%
De 10.000 a 20.000	1.333	634	47,6%
De 20.000 a 50.000	1.111	634	57,1%
De 50.000 a 100.000	351	247	70,4%
De 100.000 a 300.000	231	193	83,5%
Acima de 300.000	95	89	93,7%
Total	5.570	2.694	48,4%

Fonte: Mapa do Turismo/MTur - Elaboração própria.

Na tabela a seguir, podemos ver como está a distribuição da amostra dos impostos analisados. Nela é possível observar uma média superior a 64% das informações dos Municípios, com isso, podemos afirmar que a amostra está significativa. Dos Municípios turísticos, a amostra tem informações de mais de 71% do total.

Tabela 2: Distribuição dos Municípios na amostra segundo o porte populacional

Faixa porte populacional	Total de Municípios	Média da Amostra	% da amostra no total de Municípios	Total de Municípios Turísticos	Média da Amostra dos Municípios Turísticos	% da amostra no total de Municípios Turísticos
Até 5.000	1.249	753	60,3%	430	284	66,0%
De 5.000 a 10.000	1.200	729	60,8%	467	306	65,6%
De 10.000 a 20.000	1.333	848	63,6%	634	442	69,7%
De 20.000 a 50.000	1.111	738	66,4%	634	454	71,6%
De 50.000 a 100.000	351	269	76,6%	247	202	81,6%
De 100.000 a 300.000	231	194	83,8%	193	164	84,8%
Acima de 300.000	95	88	92,3%	89	82	91,8%
Total	5.570	3.618	64,9%	2.694	1.933	71,7%

Fonte: Siconfi/STN - Elaboração própria.

Para facilitar o entendimento e análises dos dados, foram levados em consideração apenas os Municípios que tiveram informação em todos os meses no ano de 2020. Além da exclusão da amostra dos Municípios que publicaram as informações

negativas ou com alguma divergência. Com isso, a base ficou normalizada e assim facilitou-se a comparação das receitas durante os períodos.

Apresentando os Dados

Foram feitos vários ensaios de análises comparativas para medir quanto um Município turístico recebe a mais do que um Município não turístico. E, a fim de facilitar a compreensão, foi utilizada a média de vezes, ou seja, quantas vezes mais os Municípios turísticos arrecadam em comparação aos Municípios não turísticos; dessa forma, o entendimento dos dados e as análises ficam mais claros.

Como pode ser visto na tabela a seguir, na média, a soma das três receitas dos Municípios turísticos equivale a 7 vezes mais que os Municípios não turísticos. Das três receitas, o IPTU é o que apresenta a maior diferença; conforme tabela, a receita do IPTU dos Municípios turísticos é 18 vezes maior que a dos Municípios não turísticos. A receita do ISS é 11 vezes maior e a receita de transferências do ICMS é 5 vezes maior para os Municípios turísticos em relação aos que não são.

Tabela 3: Resultado da arrecadação média dos Municípios turísticos e não turísticos (em R\$ milhões)

Faixa porte populacional	Turístico				Não Turístico				Diferença em vezes			
	ISS	ICMS	IPTU	Total	ISS	ICMS	IPTU	Total	ISS	ICMS	IPTU	Total
Até 5.000	122	1.529	59	1.710	167	2.064	52	2.282	1	1	1	1
De 5.000 a 10.000	241	2.265	142	2.647	321	2.709	118	3.148	1	1	1	1
De 10.000 a 20.000	752	4.641	537	5.931	519	3.273	173	3.964	1	1	3	1
De 20.000 a 50.000	2.199	10.105	1.696	14.000	861	3.884	456	5.201	3	3	4	3
De 50.000 a 100.000	2.930	9.368	2.510	14.808	656	1.926	384	2.967	4	5	7	5
De 100.000 a 300.000	7.539	18.402	5.618	31.558	2.283	2.932	750	5.965	3	6	7	5
Acima de 300.000	47.152	41.324	33.096	121.572	526	1.682	524	2.732	90	25	63	45
Total	60.936	87.633	43.658	192.227	5.333	18.470	2.456	26.259	11	5	18	7

Fonte: CNM.

Ainda de acordo com a tabela acima, podemos inferir que as maiores diferenças entre Municípios turísticos e não turísticos acontecem nos Municípios com mais de 300 mil habitantes. Com destaque para a receita do ISS, que é 90 vezes maior nos Municípios com mais de 300 mil habitantes; assim como o IPTU e o ICMS – 63 e 25 vezes maiores do que nos Municípios não turísticos.

Ao analisar os dados por região, fica claro o quanto a arrecadação do IPTU é maior nos Municípios turísticos. Como podemos ver na tabela abaixo, os Municípios turísticos do Nordeste arrecadam 31 vezes mais do que os Municípios não turísticos. Os Municípios turísticos das regiões Sul e Sudeste arrecadam 12 vezes mais que Municípios não turísticos; os resultados do ICMS por região são bem parecidos.

Tabela 4: Resultado da arrecadação dos Municípios turísticos e não turísticos por região (em R\$ milhões)

Região	ISS	ICMS	IPTU
Centro Oeste	6	3	9
Nordeste	9	4	31
Norte	11	6	15
Sudeste	13	6	20
Sul	12	5	13

Fonte: CNM.

Conclusão

O principal objetivo do Estudo é mensurar a importância do setor do Turismo na receita municipal.

Nesse sentido, entendemos a atividade turística como um vetor de desenvolvimento econômico e social, capaz de, caso trabalhada de forma planejada, alavancar as potencialidades municipais, através do incentivo ao empreendedorismo e possibilidades de atração de investimentos externos (públicos e privados). Com isso se prevê o aumento da geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da sua população, além do aumento da arrecadação municipal, incentivo à captação de investimentos externos (públicos e privados) e inserção do Município, de forma valorizada, em um mercado cada vez mais abrangente de serviços e de abrangência global.

São diversos desafios para a construção da governança do turismo nos Municípios e com isso o aumento da arrecadação municipal advinda dessa atividade. Atualmente, o maior desafio é o cenário de pandemia de Covid-19. O turismo, atividade que impacta

mais de 52 segmentos da economia, foi o primeiro a sofrer grandes percalços. Com a interrupção das atividades turísticas, houve impactos econômicos diretos nos Municípios e na vida da população que depende dessa ocupação – nos orçamentos municipais, foram devastadores.

Dessa forma, nosso objetivo é apresentar o turismo como uma importante ferramenta e alternativa para o aumento da arrecadação municipal e de melhoria social.

Como já falado anteriormente, a atividade turística é prioritariamente composta pelos segmentos de prestação de serviços. Como foi exposto no estudo, a receita do ISS dos Municípios turísticos foi 11 vezes maior do que a dos Municípios não turísticos. Outro fator importante é a respeito da receita do IPTU – das cidades turísticas é bem mais significativa, como podemos ver nos resultados, a receita do IPTU das cidades turísticas é 7 vezes maior do que nos Municípios em que não há categorização como turístico.

A CNM ainda destaca que a inclusão no Mapa do Turismo não significa que o trabalho está concluído. Trata-se de um bom indicador de competitividade na captação de recursos federais, estaduais, além de ser, também, um diferencial para a captação de investimentos de toda ordem, inclusive em nível nacional e internacional. O caminho até transformar seu atrativo em produto turístico e o Município em destino turístico é mais longo. É importante que o gestor municipal reconheça a importância de inventariar as potencialidades e os gargalos para organizar o turismo como uma atividade econômica.

O gestor deve estabelecer políticas de turismo com a participação dos atores envolvidos – comunidade, cadeia produtiva e poder público –, tendo por base a realidade local e os roteiros e regiões turísticas em que está inserido, para ser competitivo e, assim, conseguir fazer parte do Mapa do Turismo. Para a CNM, o Plano Municipal de Turismo é uma ferramenta fundamental nessa construção. Caso queira mais informações sobre ele, a área de Turismo indica a leitura da cartilha *Turismo em 360º – Planejando o Turismo no Município* e seus anexos.

É importante perceber que o turismo impacta, direta ou indiretamente, a economia de uma localidade, ativando o mercado e ocasionando um efeito multiplicador a partir do gasto do turista quando utiliza bens e serviços ligados à atividade e repercute positivamente e fomenta o PIB local.

Salienta-se que o incremento de recursos no orçamento municipal se reverterá em benefícios e melhorias para a localidade. Mas um diferencial deve ser destacado: a melhoria da qualidade de vida da população. Existe uma máxima que os gestores de turismo sempre têm em mente quando planejam a atividade – “A cidade boa para o turista é a cidade boa para o cidadão que nela vive”. Além de estimular a atividade econômica nos Municípios, o turismo estimula o desenvolvimento da infraestrutura local que atende a população, como as estradas, os aeroportos, o saneamento básico, saúde, segurança, dentre outras, em razão do efeito multiplicador na economia gerado pela implantação da atividade turística nos Municípios.

Com o turismo, se bem trabalhado, todos ganham. Ganha o Município, ganha a população, ganha a região e ganha o país. Sugerimos a leitura do material técnico disponibilizado pela área técnica de Turismo da CNM por meio do [link www.turismo.cnm.org.br](http://www.turismo.cnm.org.br).

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar; AURÉLIO NETO, O. P.; OLIVEIRA, B. C. Impacto da atividade turística nas receitas públicas municipais: o caso de Aruanã ? Goiás (Brasil). *Élisée – Revista de Geografia da UEG*, v. 2, p. 25-51, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Relatório de Impacto da pandemia de Covid-19 nos Setores de Turismo e Cultura no Brasil*. Ministério do Turismo, Governo Federal. Setembro de 2020.

SALGADO, T. R.; ARRAIS, T. P. A. Turismo e Economia: Análise comparativa do impacto da atividade turística na economia municipal em Pirenópolis, Caldas Novas, Alto Paraíso, Cidade de Goiás, Aruanã e Rio Quente. In: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013, Lima. *Annales do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina – Reecuentros de saberes territoriales latino-americanos*. Lima: Unión Geográfica Internacional, 2013, v. 1, p. 1-600.